



DEMONSTRATIVO DOS EFEITOS DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS, E BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA

De acordo com o estabelecido no Artigo 165, parágrafo 6º, da Constituição Federal, no artigo 137, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município, no artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, deve acompanhar esta Mensagem o demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Esclarece-se, contudo, que as alterações legais que ensejam os benefícios citados, foram consideradas nas estimativas de receitas, nos termos do que determinam os artigos 12 e 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. A receita prevista já contempla a perda decorrente dos benefícios a serem concedidos.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

I - Legislação Genérica (a ausência de menção expressa à legislação específica subentende-se previsão da receita na legislação genérica citada).

Nacional

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, artigos 145, 146, 149-A, 150, 156, 158 e 159.
- Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997.
- Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Portaria STN n.º 212, de 4 de junho de 2002.
- Portaria Interministerial n.º 325, de 27 de agosto de 2001.
- Portaria STN n.º 327, de 27 de agosto de 2001.
- Portaria STN n.º 328, de 27 de agosto de 2001.
- Portaria Interministerial n.º 519, de 27 de novembro de 2001.
- Resolução SF n.º 40, de 2001.
- Resolução SF n.º 43, de 2001.
- Portaria STN nº 303, de 28 de abril de 2005.
- Portaria STN nº 338, de 26 de abril de 2006.

- Portaria STN nº 340 de 26 de abril de 2006.
- Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007.
- Portaria STN nº 245, de 30 de abril de 2007.
- Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007.

Estadual

- Constituição do Estado de São Paulo, de 05 de outubro de 1989, artigos 167 e 168.

Municipal

- Lei 6.989/66 (Código Tributário do Município), Lei 6.999/67, Lei 9.384/81, Lei 10.024/85, Lei 10.235/86, Lei 12.288/96, Lei 12.782/98, Decreto 37.783/98, Lei 12.524/97, Lei 13.155/01, Lei 13.092/2000, Lei 13.474/02, Decreto 40.151/00, Decreto 41.713/02.
- Leis 13.250/01, 13.475/02, 13.698/03 e 13.879/04 (alteram o Código Tributário do Município).
- Leis 14.129/06, 14.260/07, 14.449/07 e 14.511/07 (PPI); Decreto nº 49.704/08 (Consolidação)(\*).

II - Legislação Específica

Receitas Correntes

Receita Tributária

Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana